

Civismo comemorado e rememorado: comemorações cívicas no oeste catarinense durante a Ditadura Militar

*André Luiz Onghero**

Resumo

O artigo trata de eventos cívicos realizados no oeste catarinense durante a Ditadura Militar, utilizando fotografias e depoimentos orais. Entre as principais manifestações cívicas destacam-se as Horas Cívicas e o desfile de sete de setembro, ambos bastante presentes nas memórias dos entrevistados. O texto procura discutir o papel da escola na realização destes eventos, a partir do ponto de vista de professores e alunos.

Palavras-chave: Civismo. Oeste Catarinense. Memória.

O artigo aqui apresentado foi produzido a partir das pesquisas realizadas durante diferentes etapas de formação acadêmica e profissional. Durante minha graduação pelo curso de Licenciatura em História na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) – campus de Chapecó, realizei como Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa “Disciplina e Civismo: a Educação durante os Governos Militares em Pinhalzinho (1964-74)”, com a orientação do Prof Ms Elison Antônio Paim e financiamento do FAPE (Fundo de Apoio à Pesquisa – Unoesc campus de Chapecó). Esta pesquisa estudava a política educacional e as práticas escolares daquele período utilizando, também, os depoimentos de professores e alunos de Pinhalzinho/SC, onde, entre as memórias acerca do período, as comemorações cívicas eram sempre relatadas em detalhes. A partir de então, desenvolvi duas pesquisas sobre uma das disciplinas implantada no período militar, a Educação Moral e Cívica. No curso de especialização em “História: Cidade, Cultura e Poder”, pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), produzi a monografia “A Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar: uma análise do discurso oficial”, com orientação do Prof Drndo Elison Antônio Paim. Este trabalho abordava a legislação que a implantou a EMC durante a Ditadura Militar, analisando, também, algumas palestras que antecederam sua implantação. No mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/SP (UNICAMP), desenvolvi a dissertação “Moral e Civismo nos currículos das escolas do oeste catarinense: memórias de professores”, orientada pela Profa Dra Maria do Carmo Martins e financiada pela CAPES. Nesta dissertação procurei analisar e comparar as prescrições oficiais, os materiais didáticos utilizados e os depoimentos dos professores de Educação Moral e Cívica sobre os conteúdos e as práticas da disciplina. Nas entrevistas realizadas para a dissertação, novamente foram obtidos ricos relatos e fotografias acerca das comemorações cívicas. Além destes trabalhos de pesquisa vinculados à formação acadêmica, o trabalho como técnico em pesquisa no Centro de

Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/UNOCHAPECÓ) tem possibilitado o acesso a acervos fotográficos de diferentes municípios, onde são encontrados registros de comemorações cívicas. Então, principalmente a partir das entrevistas e fotografias analisadas nos estudos anteriormente citados, apresento este artigo, produzido especialmente para a Edição Comemorativa dos 20 anos do curso de História, tentando mostrar um pouco de uma trajetória de pesquisa que teve início no curso.

Ordem e progresso no oeste catarinense

Ao observar a figura 1, pode-se identificar um grupo de crianças uniformizadas apresentando-se em duas fileiras, uma de meninos e outra de meninas. À frente, duas jovens portando as bandeiras do Brasil e de Santa Catarina, seguidas por quatro adultos e alguns jovens com instrumentos musicais. Entre os músicos e o grupo de crianças uniformizadas, destacam-se algumas crianças que, sem camisas, vestem cocares e portam arcos e flechas, numa representação de indígenas. O cenário de tal desfile é uma estrada de terra, ao redor da qual se observa uma vegetação variada e morros cobertos pela mata. Poucas construções são visíveis na fotografia, que registra um desfile cívico realizado em Cunha Porã, em 1949.

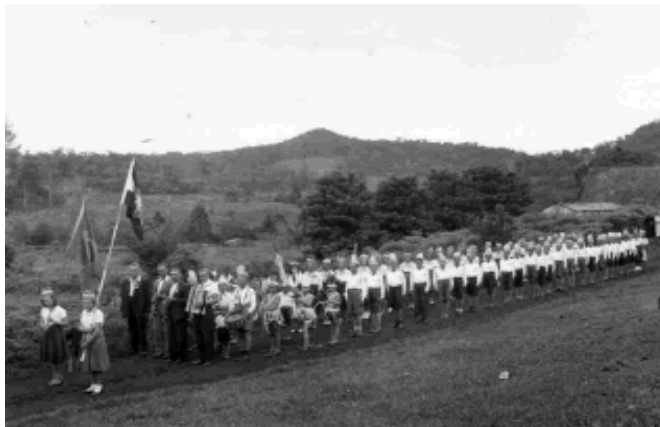


Figura 1 - Desfile cívico em Cunha Porã/SC, 1949. Acervo CEOM.

No mesmo ano, em Caxambu do Sul, o desfile de sete de setembro apresentou cenas da história do Brasil, por meio da representação de personagens como Dom Pedro I (Figura 2) e cenas históricas, como a representação de escravos carregando uma liteira (Figura 3). As imagens sugerem que o desfile teve um caráter educativo e pode-se verificar no canto direito, a presença de público assistindo à passagem das crianças.



Figura 2 – Representação de Dom Pedro I no desfile de sete de setembro. Caxambu do Sul, 1949. Acervo CEOM.



Figura 3 – Alunos representando escravos carregando liteira. Desfile de sete de setembro em Caxambu do Sul, 1949. Acervo CEOM.

O desfile registrado nas imagens de Caxambu do Sul parece ter sido realizado em um grande gramado, como um campo de futebol. Na Figura 3 percebe-se a presença de carro alegórico, crianças espalhadas pelo gramado e algumas casas ao fundo.

Em Chapecó, poucos anos antes, em 1946, foi produzido o registro fotográfico apresentado na Figura 4, em que observa-se a presença de crianças com instrumentos de percussão a frente de um grupo de crianças e jovens em marcha por uma rua de terra. Ao fundo, verifica-se a existência de algumas construções e postes de energia elétrica.



Figura 4 – Desfile Cívico de sete de setembro. Chapecó, 1946. Acervo CEOM.

Esta observação inicial das fotografias de desfiles cívicos realizados na década de 1940, tem como objetivo chamar a atenção para alguns aspectos que se pretende abordar neste artigo. Um deles diz respeito à realização destas manifestações cívicas na região oeste de Santa Catarina, que na época encontrava-se em processo de colonização, principalmente por famílias de origem europeia (a maior parte constituída por descendentes de alemães, italianos, poloneses e teuto-russos), provenientes, em sua maioria, das colônias do Rio Grande do Sul. A exaltação de um patriotismo brasileiro, a comemoração de uma data como o sete de setembro,

por populações onde as pessoas se comunicam em línguas europeias, em povoamentos que estão se estruturando e carecem de recursos públicos, pode expressar um caráter que se relaciona com as peculiaridades do processo de povoamento pelo qual passava a região naquele momento. Sem respostas às perguntas que uma análise das imagens faz emergir, o artigo que se segue procura discutir a memória presente na população de algumas cidades do oeste catarinense relativa aos eventos cívicos realizados durante a Ditadura Militar. As fotos apresentadas anteriormente demonstram que a realização de desfiles cívicos ocorria em período anterior, não sendo, portanto, exclusivas do período de 1964-1985, que corresponde aos governos militares no Brasil. Porém, como explicado no início do artigo, as entrevistas realizadas com alunos e professores tratavam do período da Ditadura Militar em função de serem resultado de pesquisas que enfocavam a educação em tal período. Também os depoimentos citados no decorrer do artigo apresentam aspectos que nem sempre se restringem ao período da Ditadura Militar, que também não foi um período homogêneo.

“A comunidade esperava com ansiedade o dia sete”

Neste tópico, pretende-se abordar outro aspecto relativo às imagens apresentadas no decorrer do texto: o papel das escolas em organizar desfiles cívicos diante das populações das cidades. Eram as escolas que ficavam responsáveis pelos desfiles, que geralmente envolviam uma marcha pela principal rua ou avenida da cidade até uma praça ou local central, onde o público se reunia para assistir o evento. O professor José Wolschick Neto, relata:

A comunidade esperava com ansiedade o dia sete. O colégio tinha que fazer os preparativos [...]. Todos esperavam por essa marcha e ficavam várias semanas treinando [...]. E a comunidade participava muito mais, hoje ela está um pouco desligada [...] Pode ser que isso tivesse alguma coisa a ver com exigência cívica, mas, na verdade, existia esse lado, que era uma ocasião pra se mostrar. (José Wolschick Neto em entrevista em 21/03/2001).

Professor de língua portuguesa entre 1968 e 1996, o Sr José Wolschick Neto também trabalhou como auxiliar de direção, auxiliar de inspeção e, em 1970, foi coordenador local de educação dos municípios de Pinhalzinho, Modelo e Nova Erechim. Em seu depoimento, chama a atenção para o desfile de sete de setembro, não apenas como uma exigência cívica, mas também uma ocasião para “se mostrar”, ou seja, promover a imagem da escola, dos professores e alunos. Uma ocasião para a escola se mostrar enquanto instituição capaz de incorporar aquelas populações, em grande parte descendentes de estrangeiros, distante dos grandes centros urbanos, econômicos e políticos, ao conjunto da nação brasileira, a partir do civismo difundido através da escola, não só nessa região específica, mas no Brasil, de maneira geral.

Na escola, havia atividades relacionadas ao civismo durante todo o ano letivo, eram as chamadas Horas Cívicas. Sua realização era encargo principalmente dos Centros Cívicos, organizações de alunos sob supervisão de professores e direção, criada em substituição aos Grêmios Estudantis durante a Ditadura Militar, através do Decreto 68065/71, que afirmava:

Art. 32 – nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à erradicação, na comunidade local, as atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando.

§1.º – As chapas concorrentes às funções da diretoria deverão ser submetidas à aprovação prévia do diretor do estabelecimento.

§2.º – Os Centros Cívicos deverão:

a) considerar o civismo, nos três aspectos fundamentais:

caráter, com base na moral, tendo como fonte Deus, nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; **amor à Pátria** e às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa permanente em benefício do Brasil;

§3.o – Serão membros dos Centros Cívicos, em caráter facultativo, alunos e professores do estabelecimento.[...](Decreto 68065/71. grifos no original)

Na prática, o Centro Cívico prestava alguns serviços para a escola, algumas das suas atividades eram: auxiliar nas horas cívicas, organizar torneios, jogos, festas e arrecadar recursos para a escola. Em relação à Hora Cívica, era o momento no qual os alunos e professores eram reunidos, geralmente no pátio da escola, em formação de filas organizadas por série e divididas entre meninos e meninas, vestindo o uniforme da escola. Então, hasteavam bandeiras, cantavam o hino e apresentavam jograis e poemas exaltando a pátria, os símbolos ou “heróis” nacionais.

[...] Nessa hora cívica a gente fazia hasteamento da bandeira, cantava o hino nacional e dizia versinho. Os alunos tinham que saber uma poesia sobre a pátria, sobre Tiradentes, as datas cívicas eram comemoradas que nossa [...], e dia 31 de março, tinha muita poesia sobre 31 de março, e nós tinha que ler, de uniforme lá na frente com a bandeira nacional e dia 31 de março era muito, muito, muito falado [...]. (Ires Frozza em entrevista em 11/04/2006)

No depoimento da professora Ires Frozza, que lecionou EMC e OSPB, além de outras disciplinas, como História e Geografia, a partir da década de 1970, percebe-se a exaltação de datas consideradas cívicas, como o 31 de março, data da “Revolução” consideradas cívicas, como o 31 de março, data da “Revolução” ou do Golpe Militar, dependendo do ponto de vista. Além disso, cita Tiradentes, um dos “heróis nacionais” muito “cultuado” nos materiais didáticos, que deveria servir de exemplo de valores para os estudantesⁱⁱⁱ.

Porém, alguns relatos revelam que nem sempre as Horas Cívicas cumpriam sua função de promover o civismo entre a comunidade escolar.

[...] Ter que hastear a bandeira era um sacrifício pros alunos. Era a pior coisa pra eles era ter que hastear a bandeira, ficar lá, e cantar o hino nacional. [...] Muitos não gostavam. Claro, alguns sim, porque daí matava um pouco da aula, né. Mas e... verdade, mesmo professor não gosta. [...]. Tinha que ter mais amor à pátria. (Emília Clara Tormen em entrevista em 28/11/2006).

Na opinião da professora Emília Clara Tormen, que lecionou EMC, OSPB, História e Geografia em Chapecó, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, o amor à Pátria não era o esperado. Para alguns alunos, participar das horas cívicas era um sacrifício. Mas também havia alguns alunos que gostavam da hora cívica por ser um momento em que saíam da rotina de aula, afirma a mesma professora. Na escola Rodrigues Alves, de Saudades, a hora cívica também não teve muito sucesso, afirma a professora Edi Swertz.

Eles tentaram muitas vezes introduzir, sabe, mas isso não funcionava, não funcionava, não. Às vezes o governo exigia, né, os governos exigiam, tinha que cantar o hino nacional todas as vezes no começo da aula, né. Aí, os diretores, no começo do ano, tentavam aquilo uma semana, duas semanas e depois aquilo caía naquela rotina, se tornava uma coisa sem graça, né, e aí caía de novo no vazio e não acontecia. (Edi Swertz em entrevista em 04/07/2006).

Relacionadas ao caráter de prática educativai da Educação Moral e Cívica, as Horas Cívicas envolviam a participação de todas as séries, procurando formar hábitos e difundir valores. Destacam-se entre as atividades descritas, os hinos, que deveriam ser conhecidos e decorados por todos os alunos e a exaltação dos heróis e dos símbolos da pátria, como a bandeira, por exemplo.

Durante a “semana da pátria”, que corresponde aos sete primeiros dias de setembro. Costumava-se realizar manifestações de civismo todos os dias, geralmente em espaços públicos como praças centrais. No horário de início das atividades escolares pela manhã, as turmas se deslocavam da escola até a praça, onde hasteavam as bandeiras durante a execução do hino nacional e havia

leitura de poemas e jograis relacionados à independência do Brasil ou simplesmente exaltando a pátria ou os símbolos nacionais. Ao fim do dia a “cerimônia” se repetia, mas, desta vez, com o arreamento das bandeiras.

A próxima fotografia mostra o hasteamento das bandeiras na praça central de Pinhalzinho durante a comemoração cívica do dia sete de setembro de 1969.

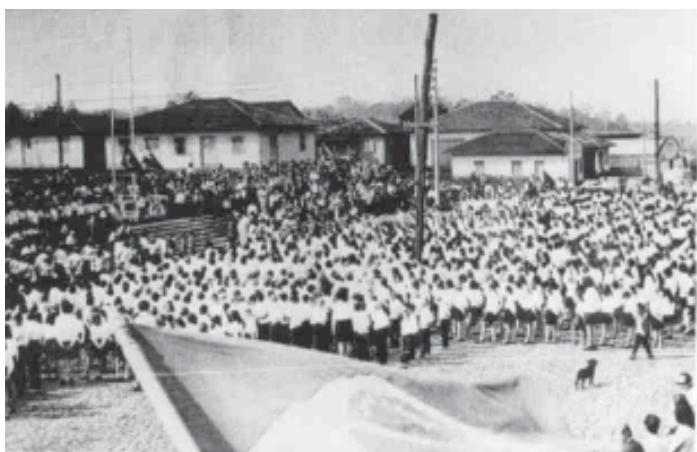


Figura 5 – Comemoração cívica de Sete de Setembro na Praça Central de Pinhalzinho/ SC, 1969.

Acervo Museu Histórico de Pinhalzinho

O ponto culminante da semana da pátria era o desfile de sete de setembro, que as escolas preparavam com muita dedicação, como relatam os professores e alunos.

Naquele tempo a semana da pátria era o auge. O auge da EMC, OSPB e os alunos eram muito bem preparados, muito bem incentivados, amadurecidos para aquela semana, né. Então o desfile era muito importante, o desfile era um marco da escola. O professor de EMC, eles tinham um... um empenho especial. Ensina os alunos que este desfile era um desfile onde o povo homenageava os símbolos nacionais e fazia com que o povo sentisse o amor à pátria... Fazia distinguir bem pra eles a diferença nação e pátria, o que era limite geográfico e o que era consciência. (Therezinha Bellina Souza em entrevista em 07/11/2006).

A professora Therezinha Bellina Souza, de Matemática, assumiu a direção da Escola Estadual José Marcolino Eckert, em Pinhalzinho, em 1969. Ministrou a disciplina de EMC na ocasião de sua criação. Em sua fala, procura evidenciar qual era o sentido do desfile, em seu caráter educativo. Um dos alunos que estudou na época, relata que:

A questão do civismo era muito trabalhada na escola, mesmo porque era uma época de repressão em todo o país, de ditadura, o civismo era o que contava mais. Então se comemorava todas as datas cívicas, eram feitas solenidades especiais, marchas, desfiles no dia 7 de setembro, na semana da pátria era a semana inteira de programação especial a gente cantava o hino nacional, formava [filas], fazia hora cívica e era levado muito a sério essa questão tanto no ensaio, treinamento de marcha para o desfile do dia sete. [...]A preocupação maior era fazer bonito, ninguém podia sair fora da linha, do alinhamento durante os desfiles [...]. Era o desfile nas ruas da cidade, todo mundo bem uniformizado. [...]Era aquele uniforme obrigatório e tinha que estar impecável para aquele dia. (Igídio Trichez em entrevista em 21/03/2001).

Essa fala deixa clara a preocupação que a escola tinha com disciplina dos alunos, desde o uniforme, que deveria estar “impecável”, o alinhamento dos alunos durante o desfile, para o qual havia ensaios e treinamento da marcha. A participação dos alunos não era uma opção, mas uma obrigação, como afirma outro aluno que estudou na mesma escola:

Todo o sete de Setembro a gente era obrigado a marchar [...] e nós tínhamos que formar fila e marchar, né, cedinho, era sete e meia já tinha que tar lá, posição de sentido na praça ou no colégio saía pro desfile, fazer as honras militares, acompanhar o exército, no caso, ao sistema do exército. E a gente fazia aquilo, né, sem saber na verdade o que que era, a gente era obrigado e se não fosse era expulso, levava suspensão de tantos dias, né, era bem nesse sentido. Era obrigatória a participação. [...] Tinha banda também. O pessoal acompanhava e nós marchávamos ali, meio torto, meio direito (risos), né, mas a gente era obrigado a participar, se não participasse tinha que ter atestado médico ou coisa semelhante pra não se levar suspensão. (Joldecir Dalla Costa em entrevista em 07/03/2001).

Neste depoimento, aparece também a referência o “sistema do exército”, no caso, a marcha ordenada em fileiras, como pode-se observar nas Figura 6 e 7:



Figura 6 – Grupo de rapazes em desfile cívico em Cunha Porã/SC, 1972. Acervo CEOM.



Figura 7 – Grupo de moças em desfile cívico em Cunha Porã/SC, 1972. Acervo CEOM.

Nas Figuras 6 e 7, verifica-se a separação entre os rapazes e as moças em grupos distintos. Uniformizados, os jovens marcham pelas ruas de pedras calçadas de Cunha Porã, em 1972.

Em cidades onde havia a possibilidade de apresentação de militares, estes eram presença de destaque. É o caso da Figura 8, em que marcha a Banda da Polícia Militar, pela principal avenida de Chapecó durante o desfile de sete de setembro de 1972. Pode-se observar o público atento nas calçadas, borda da avenida e na sacada do prédio.



Figura 8 - Desfile de sete de setembro em Chapecó/SC, 1972. Acervo CEOM.

A apresentação de bandas musicais, marcadas pelos instrumentos de sopro (metais) e percussão, conhecidas como fanfarras, era um elemento marcante nas memórias. Como percebe-se na fala da professora Edi Swertz: “naquela época nós tinha uma fanfarra aqui com umas 30 pessoas mais ou menos. [...] Alunos da escola era, usavam uma calça branca, jaqueta vermelha, né, chapéu, tudo confeccionado aqui mesmo (rindo)”.

A Figura 9, retrata o desfile de Sete de Setembro em Saudades realizado pela Escola Rodrigues Alves.



Figura 9 – Desfile de Sete de Setembro em Saudades/SC. [s.d]. Acervo particular.

Nessa fotografia aparecem os alunos da escola desfilando na avenida. Na frente uma menina com um cata-vento, em seguida a banda. Atrás deles, aparecendo no fundo da fotografia, estão os outros alunos uniformizados. A população assiste ao desfile das calçadas.

Era muito bonito. Depois... Aí depois as coisas foram se modernizando e foi tudo... Sabe, tudo aquilo... ‘Ah isso não é necessário... pra quê?’ [...] Aquele patriotismo, aquele sentimento de amor à pátria, não sei se era um sentimento de amor à pátria, mas era um sentimento assim, de cumprir com a sua obrigação. Entende? Se a escola, a sociedade pedia, era assim que tinha que ser, entende? Muito, muito diferente do que hoje em dia. (Edi Swertz em entrevista em 04/07/2006).

Em seu depoimento, a professora compara aquela época com momentos posteriores, nos quais as comemorações cívicas não eram mais valorizadas. “Hoje em dia não existe mais nada disso. Cada um quer fazer a lei por si, de acordo como ele pensa e aí vira numa confusão. Ao menos da minha forma de ver ” (Edi Swertz).

Segundo a professora Ivone T. Ulsenheimer, que também lecionou em Saudades, havia muita rigidez com os alunos para que executassem com precisão seu papel nestes desfiles.

Sete de setembro tinha que marchar, em linha reta. Quem olhasse pro lado podia até levar uns bofetão do, do cara que tava lá ensinando. Isso era, tem gente que tem saudade daqueles desfile de sete de setembro. Uniforme, rigorosamente um igual ao outro. Marcha. Tinha as bandinhas, a banda, com os tambores, [...] com flauta, com música. Era, como é que eu vou te dizer... bonito de ver. Na época a gente achava aquilo maravilhoso. (Ivone T. Ulsenheimer, em entrevista em 20/06/2006)

O depoimento da professora Ires Frozza demonstra a dedicação dos professores e alunos na preparação e realização do desfile.

[...] Nós fizemos um hasteamento de bandeira dia sete de setembro em Pinhalzinho, acho que foi o único ano assim que nós fizemos um hasteamento completamente diferente. Nós [...] desfilamos com 5 ou 6 bandeiras do Brasil, mais 5 ou 6 bandeiras de Santa Catarina, mais 5 ou 6 bandeiras do município de Pinhalzinho, mais 5 ou 6 do [...] Centro Cívico. [...] Uma coreografia de bandeiras e nós achamos aquilo a coisa mais linda do mundo, né. Então me lembro que era assim: fazia um tipo de um círculo e, assim, era bandeira do Brasil, misturada com as de Santa Catarina, uma coisa muito linda assim os alunos, todo mundo, né. Tiveram que ensaiar bastante [...] quem tinha bandeira do Brasil usava um motivo verde e amarelo, quem era de Santa Catarina tinha um motivo vermelho e verde [...] ficou a coisa mais linda do mundo o desfile, né. Então, pra ti ver como a gente dava importância ao colorido, às bandeiras e não dava importância ao dia sete, né. Não discutia com os alunos, por exemplo, o que significava o dia sete de setembro [...] Depois, num outro momento, isso passou a ser importante, mas naquele momento era importante as bandeiras e não o dia sete. [...] Eu digo que a gente era muito tapado, com um visor assim, uma viseira né, que te dirigia só ali e pronto. (Ires Frozza em entrevista em 11/04/2006).

Ao rememorar a apresentação, a professora expressa o fascínio que teve pela coreografia com as bandeiras. Porém, analisando o

momento, ela faz a crítica a respeito da compreensão que ela e os alunos faziam sobre o sete de setembro.

“Civismo era também a gente reivindicar”

O período conhecido como Ditadura Militar (1964-1985) não foi homogêneo, e, a partir do início da década de 1980, muitos setores da sociedade manifestaram o desejo de mudança política a nível nacional. Estas vozes, que então se fizeram ouvir, motivaram manifestações em diferentes espaços da sociedade, como as escolas. Segundo a professora Edi Swertz, na década de 1980 a “esquerda” começou a conquistar mais espaço político a nível nacional, e na região também começaram a aparecer alguns grupos. Para ela, na medida em que a escola passou a ter alguns professores de “esquerda”, os professores identificados com a “direita” foram alvo de duras críticas.

Na época que entrou a Esquerda na escola, ãh... os professores que eram conhecidos como de Direita, eles não podiam nem abrir a boca. Eles não podiam abrir a boca porque eles... podiam dizer o que que eles queriam que eles... estavam, eram condenados. (Edi Swertz em entrevista em 04/07/2006)

Nessa época, as Horas Cívicas começaram a ter conteúdos que criticavam a política vigente, tornando-se momentos de manifestações e reivindicações.

Um período aí, tudo que era símbolo nacional, ser patriota, falar em pátria era vergonha, né. E daí acho que também a gente deixou, assim, que acontecesse demais. E daí tinha professores assim que, se a gente fizesse uma hora cívica, a gente sempre procurava fazer uma hora cívica assim mais crítica, não ser aquela, né, e mostrar que naquela hora cívica não era só venerar bandeira, hino nacional, as autoridades, mas que na hora cívica a gente também podia protestar e mostrar assim pros alunos e pros pais que muitas horas cívicas eram feitas pra comunidade, né. E a gente assim, civismo era também a gente reivindicar [...].

A gente queria... aquela ansiedade de mudar né, então a gente queria mostrar os direitos políticos que a gente tinha que não eram respeitados, os direitos trabalhistas que a gente tinha que não era respeitado, a valorização pro magistério, pro professor, pro aluno, mais verbas pras escolas. Então, a gente dava dentro das horas cívicas, trabalhar isso, mostrar isso e como a gente fazia nas escolas a semana da pátria, a gente procurava sempre assim com cartazes, faixas bem críticas, né, mostrar que precisava mudar, que só a gente... que tinha que partir mudança da gente, né. (Marilene Grandó Marchiori em entrevista em 28/11/2006).

E quando começou, alguma professora, alguém, já tinha a democracia um pouquinho na escola, também tem aquele professor que bota pra quebrar, né. No dia sete de setembro, bota um aluno lá pra ler uma poesia, que na verdade o aluno também não sabia o que que tava falando, isso acontecia todos os anos. Depois que tu tinha oportunidade de dizer o que tu queria, ah era uma semana de xingação. Tem os que se sentiam, sentiam ofendidos e agredidos pela poesia, também acontecia. [...] Eram também textos, textos que criticavam o governo, a justiça, a exploração [...]. Então, isso começou a aparecer no dia sete [de setembro] [...] nas horas cívicas. O professor se encorajava, arrumava um aluno que ia lá e detonava. (Ivone T. Ulsenheimer em entrevista em 20/06/2006).

Para a professora Marilene Grandó Marchiori, houve algumas falhas, alguns excessos foram cometidos por alguns professores, resultando em desinteresse pelos assuntos relativos à pátria, que foram associados aos grupos de “direita”, identificados como defensores da Ditadura Militar.

E daí então... nessa vontade de mudar, mudar, teve professores então que, que até, acho que a gente falhou, que a gente misturou um pouquinho assim: pátria... pátria é uma coisa e Brasil desorganizado, autoridades, governo mal feito é outra, né. Então, a gente falhou de não mostrar isso, que chegou um tempo que pra o dia sete de setembro as escolas não faziam mais nem aquela, aqueles sete dias a hora cívica de manhã, sabe. Era, o diretor ia lá com o auxiliar de direção, fazia o hasteamento da bandeira, e assim, mas a gente, pra evitar esses conflitos, né. E daí ainda tinha certos professores que ainda então xingavam: ‘ah a gente não tem agir, mas tem...’ achavam que a gente, que eles não deviam, que eles

era de direita, que tavam fazendo tudo errado, que eram ultrapassados. E a gente não se cuidou aí e acho que a gente perdeu, que chegou um ponto em que o aluno, as pessoas, eles não tinham mais noção do patriotismo. Não tinham mais assim, a... como é... aquele orgulho de ser brasileiro. Poxa, com tudo que acontece, mas a gente tem que ter orgulho de ser brasileiro, né. Tem que separar, separar, né, o Brasil, a pátria desses governos, dessas pessoas que falham. E a gente assim, então teve uma desmotivação total que falar de Brasil, falar de bandeira, falar de Hino nacional não, era cafonice. Que não se devia. E daí, eu me parece assim que entrou até assim, sei lá. A escola virou uma coisa muito desorganizada, em que não se sabia mais o que era direito, o que era dever, não se sabia mais, não tinha limite. (Marilene Grandó Marchiori em entrevista em 28/11/2006).

A fala da professora evidencia a época de polarização de ideias que estava sendo vivida durante o processo de redemocratização. As comemorações cívicas foram momentos em que esse conflito foi expresso. Se durante mais de uma década se exaltou o modelo de cidadão e de pátria que os governos militares defendiam, a partir do momento em que as vozes da oposição não foram mais caladas, as críticas e reivindicações passaram a estar presentes, em conflito com os modelos vigentes, não só de política, mas também de educação. Porém, a professora manifesta sua decepção com o resultado deste conflito, no qual, segundo ela, teria sido perdido o orgulho de ser brasileiro, o patriotismo e a valorização dos símbolos nacionais.

Considerações finais

Os depoimentos demonstram os pontos de vista dos professores e alunos sobre as Horas Cívicas e os desfiles cívicos. Apesar do texto não entrar em detalhes sobre as escolas, cabe alertar para as situações distintas em que se encontravam, relacionadas também com a configuração política de cada época. Assim, uma hora cívica realizada na metade da década de 1980, poderia conter algum elemento de protesto que não seria manifestado na década de 1970, apesar da existência de também elementos comuns, até mes-

mo com o período anterior à Ditadura Militar, como as fotos permitem observar.

Considerando a permanência de práticas, recorro a uma contribuição de Boto (1996) que, ao estudar os projetos educacionais dos revolucionários franceses, afirma que, seduzido por uma pedagogia cívica, o projeto de Lakanal inaugurou um calendário de feriados nacionais. Segundo a autora, as comemorações cívicas seriam, de certa forma, “uma substituição dos cultos de sacralização eclesiástica pelo enaltecimento também sacralizado do altar da nação” (BOTO, 1996, p.159). Assim, como nas procissões cristãs, todos deveriam tomar parte dos cortejos cívicos.

As festas cívicas agiam no sentido de subtrair as vontades particulares na torrente de um coletivo, cuja identidade, ao fim e ao cabo, confundir-se-ia com o caráter e a alma da nação. Por esse coletivo imaginário, inaugurar-se-ia um mundo no qual as representações de poder seriam revestidas de uma simbologia de repetição do drama, que daria vigor à própria baliza mental sustentadora desse poder simbólico. (BOTO, 1996, p.159)

A partir da análise da autora, pode-se perceber semelhanças entre a educação cívica presente nos projetos educacionais franceses e a educação cívica desenvolvida no Brasil durante a Ditadura Militar. Uma educação que procurava desenvolver uma determinada postura de civismo por meio de comemorações, de festas cívicas. Estas festas deveriam envolver toda a sociedade, procurando transmitir uma idéia de coletividade que, em certo sentido, lembra os ritos religiosos. Nos desfiles de Sete de Setembro, os símbolos nacionais eram reverenciados, o hasteamento da bandeira ao som do hino nacional constituía-se como uma espécie de ritual. Porém, os depoimentos dos professores permite questionar a eficácia dessas comemorações em relação ao civismo, pois alguns depoimentos revelam que, em alguns casos, estas comemorações cívicas assumiam um aspecto de formalidade, ou então, eram utilizadas como

oportunidade para promover a imagem ou, em outros casos, para manifestação e protesto. O artigo aqui apresentado, elaborado a partir de fragmentos de outras pesquisas, apenas esboça o tema, que abre amplas possibilidades de análise e debate.

Notas

*Graduado em História - licenciatura plena pela UNOESC (2001), Especialista em História: Cidade, Cultura e Poder, pela UNOCHAPECÓ (2005), e Mestre em educação pela UNICAMP (2007). Técnico em pesquisa II no CEOM/UNOCHAPECÓ, professor emergencial no curso de História da UNOCHAPECÓ e professor do curso de História da UNOESC – Xanxerê.

ⁱO acervo digital do CEOM pode ser consultado pelo site: <http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/>

ⁱⁱAspectos relacionados à colonização do oeste catarinense são apresentados em diversas obras, entre elas: PAIM (2006), PIAZZA (1994) e WERLANG (1999).

ⁱⁱⁱOs materiais didáticos de Educação Moral e Cívica são estudados nas obras de Josgrilbert (1998) e Filgueiras (2006).

^{iv}Costuma-se denominar disciplinas as atividades escolares destinadas à assimilação de conhecimentos sistematizados e progressivos, dosados conforme certos endereços. Neste caso, evidentemente, a assimilação do conjunto dos conhecimentos programados é passível de mensuração e é condição de prosseguimento dos estudos. As práticas educativas, por outro lado, abrangendo as atividades que devem atender às necessidades do adolescente, de ordem física, artística, cívica, moral e religiosa, colocam a acento principal na maturação da personalidade, com a formação de hábitos correspondentes, embora necessitam também da assimilação de certos conhecimentos (Parecer CFE 131/62).

^vAs fotografias pertencem à professora Edi Swertz, não há datação, mas, segundo a professora, são do início da década de 1980.

Depoimentos orais

DALLA COSTA, Joldecir. Entrevista concedida ao autor. Pinhalzinho/SC, 07/03/2001.

FROZZA, Ires. Entrevista concedida ao autor. Pinhalzinho/SC, 11/04/2006.

MARCHIORI, Marilene Grando. Entrevista concedida ao autor. Chapecó/SC, 28/11/2006.

MELZ, Rubim. Entrevista concedida ao autor. Pinhalzinho/SC, 13/04/2006.

SOUZA, Therezinha Bellina. Entrevista concedida ao autor. Maravilha/SC, 07/11/2006.

SWERTZ, Edi M. Hermes. Entrevista concedida ao autor. Saudades/SC, 04/07/2006.

TORMEN, Emília Clara. Entrevista concedida ao autor. Chapecó/SC, 28/11/2006.

TRICHEZ, Igídio. Entrevista concedida ao autor. Pinhalzinho/SC, 21/03/2001.

WOLSCHICK NETO, José. Entrevista concedida ao autor.

ULSENHEIMER, Ivone Terezinha. Entrevista concedida ao autor. Pinhalzinho/SC, 20/06/2006.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do Regime Militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Unesp, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto 68.065, de 14 de janeiro de 1971**.

CEOM/UNOCHAPECÓ. **Banco de dados digital**. Disponível em: <<http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/>> Acesso em: 23 jun. 2010.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MARTINS, Maria do Carmo. As humanidades em debate: A reformulação curricular e a criação de novas disciplinas escolares. In: OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de; RANZI, Serlei M. Fischer (Org.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

ONGHERO, André Luiz. Moral e civismo nos currículos das escolas do oeste catarinense: memórias de professores. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, Campinas, 2007.

_____. **A Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar: uma análise do discurso oficial**. 2005. Monografia (curso de

especialização História: Cidade, Cultura e Poder) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2005.

_____. **Disciplina e Civismo:** a educação durante os governos militares em Pinhalzinho (1964-1974). 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2001.

_____. A História tem história: Considerações sobre o dia 7 de Setembro. **Jornal Voz Regional**, p. 02, Pinhalzinho, 06 de setembro de 2006.

_____. História do Oeste catarinense: uma das histórias da colonização. **Jornal Voz Regional**, p. 02, Pinhalzinho, 14 de junho de 2006.

PAIM, Elison Antonio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. **Saeculum**, n 14, João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, 2006.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

WERLANG, Alceu Antônio. Colonização ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no oeste de Santa Catarina. A atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. **Cadernos do CEOM**, n 11, Chapecó: Grifos, 1999.

Abstract

The article deals with civic events held in western Santa Catarina during the military dictatorship, using photographs and oral testimony. Among the main civic events stand out the Horas Cívicas and September 7 parade, both very present in the memories of interviewees. The text discusses the role of schools in achieving these events, from the standpoint of teachers and students.

Keywords: Civism. West of Santa Catarina. Memory.